Cristina Maciariello

D. António de Vasconcelos e Sousa.

Um modelo de justo equilíbrio entre bondade e rigor.

Índice

Introdução

As páginas que seguem pretedem ser uma breve história da vida e da acção episcopal de D. António de Vasconcelos e Sousa. Filho da nobreza titulada, a sua família distinguiu-se, a partir do pai, até chegar ao poderoso irmão D. Luís de Vascocelos e Sousa, na época da Restauração. Sofreu as mudanças das conjunturas políticas de 1667, para depois reconquistar os favores da corte.

Lembramos que, o futuro prelado de Lamego e Coimbra, viveu e exerceu os seus cargos ao longo dos reinado de D. Afonso VI, D. Pedro II e D. João V.

As fontes em que se baser-se-á o trabalho, sarão sobretudo impressas, se bem que, sem dúvida, dado o peso que o bispo deu as Visitas Pastorais e ao zelo com que tentou corregir os costumes, a investigação das fontes manuscritas, como por exemplos as actas das *visitações*, proporcionariam o seu valioso contributo na prática da justiça, ou como, uma mais aprofundada analíses do *Livro do Cabido* poderia ter tornado mais esclarecido a sua atitude e a sua administração do poder frente a outro poderes, que na biografia passará, talvez, um pouco despercebida.

Portanto, o nosso contributo tentará captar, sobretudo o seu impenho pessoal em campo social e a favor dos mais pobres, e a importância como institução, e o valor que ele próprio atribuiu ao seu cargo.

O trabalho será dividido em três partes, que na minha opinião, permetirão uma clara leitura e fruição também a quem não está muito familiarizado com a história da igreja portuguesa.

A prima parte, pretende abordar as origens, a formação académica e as primeira mercês que lhe abrirão caminho à carrera de bispo.

A segunda, e a última pretendem ser testemunhas da acção do prelado nas suas dioceses, e pretenderão monstrar, através episódios, alguns aspetos do carácter de D. António de Vasconcelos e Sousa.

1 – Família e Estudos

António de Vascocelos e Sousa, nasceu em Elvas a 28 de Agosto de 1645, foi bauptizado no dia 8 de Setembro de 1645, na Sé de Lisboa pelo dominicano Dionisio de Lencastre[1], e teve por padrinho seu irmão mais velho, Luís de Sousa Vasconcelos, futuro 3° conde de Castelo Melhor e 1° ministro de D. Afonso VI[2].

Filho quarto de D. João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa, segundo conde de Castelo Melhor, que por morte do seu irmão succedeu na Casa, e na pertenção de casar com a Condesa de Castelo Melhor, em virtude da clausula testamentaria do I da Casa. Senhor de Valhelhas, Almendra, e Mouta Santa, Alcaide môr, e Commendador de Pombal, Alcaide môr de Penamacor, Governador das Armas e do Conselho de Guerra.

Destinguiu-se por acendrado patriotismo no período da Restauração. Achava-se em Índia quando foi aclamado rei D. João IV, onde emprendeu uma empresa, que ainda não conseguida, será eternamente gloriosa para o Conde: intentou, junto com D. Rodrigo Lobo e outros fidalgos, trazer para o seu País, os galeões que estavam em Cartagena. Descoberto o seu intento foi preso com os seus companheiro, resistindo estoicamente aos sofrimentos que lhe foram impostos, para não denunciar os seus cúmplices.

Quando regressava sob prisão a Castela, salvaram-no corsários holandeses que o raptaram a pedido de D. João IV, e o conduziram à Pátria. Recebido com todas as honras pelo novo monarca, ocupou os cargos de Governador das Armas das províncias do Minho e Alentejo e foi Conselheiro de Guerra. No ano de 1649 passou a governar o Estado do Brasil até 1654, valtando ao reino governou pela segunda vez as Armas da província do Minho, onde morreu em 1658[3].

[1] ASV - Archivio della Nunciatura Apostolica in Lisboa, vol. 56, fl. 178v, onde encontra uma certidão do seu baptismo.
[2] No certidão de baptismo se refere que o futuro prelado era afilhado do Conte de Santa Cruz.
[3] Ver SOUSA, António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra, 1953, vol. IX, pág. 127.

A mãe de D. António de Vasconcelos e Sousa era a condesa D. Mariana de Lencastre e Vasconcelos, que succedeu na Casa, e Condado da Calheta. Depois de viuva foi Marqueza de Castelo Melhor, Camereira môr da Rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboia, mulher do rei D. Afonso VI, era filha de Simão Gonçalves da Camera, III conde da Calheta e da condessa D. Maria de Menezes. Também, bisneta, por via paterna, de um filho de D. Jorge, 2° duque de Coimbra[4].

Os irmãos eram: Luís de Vasconcelos, III Conde de Castelo Melhor, escrivão da puridade de D. Afonso VI, Simão de Vasconcelo e Suosa, Sebastião de Vasconcelos, Rodrigo e Manoel de Vasconcelos e Sousa, que também foi escolar de cânones na Universidade, obteve provisão régia de 13 de Novembro de 1665, para ocupar um lugar de porcionista[5], quando era Arcediago da Sé de Évora renunciou ao cargo e casou com D. Isabel de Sousa. As irmãs eram: D. Maria de Lancastre, que fue dama da rainha D. Luísa Francisca de Gusmão e depois largou tudo para tomar o habito nas Carmelitas Descalças de Carnide e D. Isabel de Lancastre que também foi freira carmelitana[6].

D. António, iniciou os seus estudos superiores ingressando no Colégio de S. Paulo, obtendo para isso uma provisão régia datada de 6 Outubro de 1662, dirigida ao Reitor da instituição, o Doutor D. Luís de Sousa, a fim de lhe ser concedido um lugar de porcionista extraordinário[7]. No conselho dos colegiais, realizado precisamente um mês depois, dia 6 de Novembro, o Reitor pôs o assunto à consideração dos presentes, sendo resolvido conceder a D. António o lugar pedido, e designaram-se para proceder às inquirições acerca da família, vida e costumes do candidato, os colegiais Francisco Ferreira Severim e Domingos Gonçalo de Meireles Freire[8].

[4] Ver PAIVA, Pedro José, *Os Bispos de Portugal e do Império. 1495-1777*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 249.
[5] Ver BARBOSA, José, *Memorias do Colegio de S. Paulo da Universidade de Coimbra*, Lisboa, 1727, p. 357.
[6] Ver SOUSA, António Caetano de, *ob.cit.*, vol. IX, p. 129.
[7] AUC – *L.° VII das Provisões da Universidade*, fl. 80.
[8] AUC – *Capelas do Colégio de S. Paulo*, vol. III, fl. 79 v.

D. António procedia duma das famílias mais ilustre de Portugal, e o irmão, como já referimos era o 3° conde de Castelo Melhor, valido de D. Afonso VI, portanto, correram rapidamente as inquirições. Tomou posse em 10 de Novembro 1662[9].

O seu curso universitário iniciou-o na Faculdade de Cânone, matriculando-se em Instituta em 6 de Novembro de 1662. Graduado em bacharel em 17 de julho de 1669[10], seguiram-se em 14 de Dezembro do mesmo ano os exames de formatura[11], em 16 de mayo do ano seguinte os de repetição[12], e em 3 de junho desse mesmo ano os exames privados[13], prestando antes de cada um dos ditos actos as «provas de curso» para a atestação da frequência exigidas. No exame privado, seu último ato académico, teve como padrinho o lente de Prima jubilado, Pedro Ribeiro do Lago, sendo Reitor da Universidade André Furtado de Mendoça[14].

Todavia, antes de se graduar, certamente graças ao valimento do todo poderoso irmão, recebeu uma séries de mercês extraordinárias, que o aproximaram ao centro cortesão. Foram-lhe concedidos do rei D. Afonso VI, benefícios eclesiásticos em Coruche e Chamusca, e mais tarde foi distinto como o quinquagésimo Priorado-mor da Colegiada da Villa de Guimarães, mas, vendo que esse benefício, «por causa de muitos homens doutos daquelle tempo, não era simplez, como entedia, (e como depois se julgou) teve intenção do renunciar nas mãos delRey»[15].

Tendo conhecimento desta resolução Afonso Furtado de Mendoça, este propôs-lhe renunciar ao Deado da Sé de Lisboa, que ocupava, a favor de D. António, se este último lhe conseguisse junto do Rei a sua nomeação para o referido Priorado-

[9] AUC – *cód. cit*, fl. 80.
[10] AUC – *Autos e Graus*, vol. 40, L.° 1°, fl. 43 v.
[11] AUC – *Autos e Graus*, vol. 40, L.° 2°, fl.19 v.
[12] AUC – *Autos e Graus*, vol. 40, L.° 2°, fl. 29 v.
[13] AUC – *Autos e Graus*, vol. 40, L.° 2°, fl.35 v.
[14] AUC – *Autos e Graus*, vol. 40, L.° 2°, fl.35 v. ; Ver BARBOSA, José, *ob. cit.*, p. 320.
[15] Isto é o que refere D. José Barbosa na sua obra, enquanto M. Gonçalves da Costa, na *História do bispado e da cidade de Lamego*, declara que a motivação que levou D. António de Vasconcelos e Sousa a desistir do cargo, foi que a «dignidade implicava a obrigação de residência.»

mor. Conseguiu António de Vasconselos a mercê, e tomada posse do Deado, continuou os estudos canônicos em Coimbra[16].

A sua acendrada devoção à Virgem levou-o a escolher para rezar a chamada «missa nova» a Sé lisbonense, no altar de Nossa Senhora, denominada a Grande, de quem foi especialíssimo devoto, e em cuja capela mantinha duas merceeiras, a quem dava esmola, para que o encomendassem a Deus, e à mesma Senhora.

Aos cargos anteriores, acrescentou, o de Sumilher de Cortina, nomeação que recebeu do rei D. Afonso VI, para solucionar a controversia entre o bispo de Torga, e os Cónegos da Catedral de Lisboa, sobre quem havia de ser o que lançasse água benta a Sua Magestade, quando fosse à Sé. D. António foi o primeiro a quem o monarca concedeu tal honra. E, ainda, a partir de 1671 tomou posse e fez juramento de deputado do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa.

Os acontecimentos políticos de Setembro e Novembro de 1667, que levaram ao afastamento da corte do irmão, provavelmente, complicaram também a vida ao futuro bispo de Coimbra, de facto, com a mudança do governo:

> «Padeceo D. António de Vasconcelos os infortunios da sua Casa, e se lhe suspendeo o exercicio da occupação de Sumilher; e para que a desgraça não fosse huma só, o Inquisidor Geral lhe faltou com a satisfação da promessa, que lhe havia feito de hum lugar no Conselho Geral, de que justamente sentido, largou o de deputado.»[17]

O afastamento da corte do 3° conde de Castelo Melhor, que se refugiou no estrangeiro, onde viveria alguns anos, costou, como vimos, o lugar de Sumilher de Cortina ao nosso biografado, de facto o regente D. Pedro o absolveu do ofício, mas, o futuro prelado não tardou a reconquistar o favor da corte, e foi o mesmo principe regente que acabou por lhe restituir o cargo, «suavizandolhe com este favor o passado desgosto»[18].

---

[16] Ver BARBOSA, José, *ob. cit.*, p. 320.
[17] *Ibidem*, p. 321.
[18] *Ivi*.

Pela falta de bispos que havia em Portugal, D. António teve dispensa Pontifícia para ser assistente de D. Francisco de Ravisa, arcebispo de Sidónia, Núncio apostolico no reino, quando no monasteiro de S. Bento da Saúde sagrou bispo da Guarda a D. Fr. Álvaro de S. Boaventura, em 24 de Maio de 1671[19].

O biografo do século XVIII, José Barbosa, do futuro bispo de Lamego e Coimbra, refere que tinha cincoenta e seis anos, dos quais vinte e oito deles de serviço na Sé de Lisboa, quando o rei D. Pedro II o nomeou Bispo de Lamego. E certamente foi um sinal das boas graças que veio a conquistar da parte do rei, se bem que refere M. Gonçalves da Costa, e não encontramos em nenhuma outra fonte consultada esta informação, que D. António não tinha sido a primeira escolha para essa mitra.

Na verdade, para preencher esse lugar vago, o príncipe pensou primeiramente em D. Rodrigo de Moura Teles, filho dos condes de Vale do Reis, uma das famílias mais influente nesta época, de facto o pai, Nuno de Mendoça na altura desempenhava o alto cargo de reitor da Universidade. D. Rodrigo, pórem, recusou a honra, para aceitar depois de dois anos a mitra de Guarda e a de Braga em 1703. A escolha, então, caiu em Lourenço Pires de Carvalho, ao qual nenhumas insistências conseguiram movê-lo a aceitar o cargo[20].

A corte, portanto, voltou os olhos para D. António de Vasconcelos e Sousa, que aceitou a mercê, mas com a condição de se repartirem entre os dois filhos de seu irmão Simão de Vasconcelos e Sousa o deado e um canonicato que possuia, para o que foi possível obter a aprovação de Roma, devido à boa-vontade do Soberano, que solecitou por intermédio dos seus ministros junto da Santa Sé[21].

---

[19] *Ivi*

[20] Ver COSTA, M. Gonçalves da, *História do bispado e da cidade de Lamego*, vol.VI, p. 16.

[21] Ver CRUZ, Lígia, *O bispo-conde D. António de Vasconcelos e Sousa e o inventário dos seus bens móveis*, Separata do *Arquivo Coimbrão*, vol. XXVII, Coimbra, 1979, p. 12.

2 – Diocese de Lamego

D. António de Vasconcelos e Sousa, foi nomeado bispo de Lamego no dia 14 de Janeiro de 1692[22]. No dia 12, do mesmo mês tinha feito o juramento e a profissão de fé nas mãos do Bispo de Damasco, Sebastião António, e nesse dia ele teve o título de Deão de Lisboa[23], e de Sumilher da Cortina do rei D. Pedro II.

Foi confirmado pelo Papa Innocencio XII em 13 de Outubro de 1692, e foi preconizado no dia 15 do mesmo mês e ano[24].

Tomou posse do bispado em 9 de Fevereiro de 1693 pelo seu procurador o Dr. Manuel da Fonseca Coelho, cónego penitenciário da mesma Sé lamecense, commissário do Santo Ofício, e vigário-geral da diocese na Sé vacante. Successivamente, foi sagrado Bispo de Lamego na Sé de Lisboa no dia 22 de Fevereiro de 1693[25], pelo arcebispo (depois cardeal) de Lisboa Luís de Sousa, servindo de consagrantes o Bispo do Porto, D. João de Sousa, e o do Rio de Janeiro, D. José de Barros de Alorcão[26].

A primeira ação episcopal, que fez, foi a de conferir o sacramento da Confirmação a uma das suas irmãs, Madre Soror Maria Josefa, religiosa no Convento de Carnide[27]. Em 22 de Abril de 1693 já como prelado da diocese lamecense sagró o Bispo do Maranhão[28].

A entrada solene, em Lamego, em 26 de Maio de 1693, foi celebrada com grande alegria e festejos, durante oito dias succederam-se, sem interrupção, as luminárias, as comédias, os fogos de artifício, as músicas, os jogos, as corridas de cavalos, tudo entremeado com funções religiosas na catedral.

[22] ASV - Archivio della Nunciatura Apostolica in Lisboa, vol. 10, maço 3, fl. 5-6.
[23] ASV - Archivio della Nunciatura Apostolica in Lisboa, vol. 56, fl. 181.
[24] ASV - Acta Camerarii, vol. 24, fl. 35.
[25] ASV - Processo Concistorial, vol. 98, fl. 264.
[26] Ver BARBOSA, José, *ob. cit.*, p. 322.
[27] Ver CRUZ, Lígia, *ob. cit.*, p. 12.
[28] ASV - Processus Concistoriales, vol. 90, fl. 239.

D. António de Vasconcelos e Sousa, agradeçeu toda esta attenção ao seu cabido na Casa Capitular, e «lhe pediu que o ajudasse a dar comprimento às obrigações do lugar, cooperando com ele para se reformarem os vícios, e para se adiantarem as virtudes.»[29] Não deixou de visitar nas respectivas moradas todas as pessoas que, pelo nascimento ou cargos, julgou dignas dessa distinção. Esta cortesia, que sempre usou enquanto residiu em Lamego, contribuiu para a morigeração dos costumes, pois que, para não perderem aquele favor do seu prelado procuraram emandar-se.

Tornou-se digna de nota a profunda remodelação que realizou no bispado, não só na parte administrativa como na social. Para melhorar e simplificar a adminastração, nomeou um Provisor e um Vigário-Geral, que eram coadjuvados por outros dois ministros, um com o título de Procurador Geral da Mitra, e outro de Promotor do Bispado, e de todos quatro formou uma espécie de tribunal a que chamou Mesa da Justiça ou Despacho, para que as sentenças do Vigário-geral, tanto crimes como cíveis, fossem nela conferidas, e a estas conferenças assistia sempre o Bispo; só no ministério do Provisor fez para si a reserva necessária, para deferir aos súbditos, dando-lhes audiência a toda a hora, que a procurassem, sobretudo os que viviam afastados de Lamego[30].

Conta-se até que um dia o porteiro se descuidou, e D. António encontrando numa sala um sacerdote que vivia a dezanove léguas de Lamego, interrogou-o sobre a sua pretensão, e como este respondeu que vinha para que o prelado lhe renovasse a licença de confessar, imediatamente examinou o pedido e logo o despachou, tendo repreendido o porteiro pela sua negligência, dado que estas falhas acarretavam trabalhos e despesas às partes, em caminhos e estalagens[31].

A reforma do clero foi uma das suas precupações, expedio pastorais por todo o bispado, e para ter notícias de todos os clérigos, nomeou para os quatros districtos, em que dividira a sua diocese, abades «de mais letras, e virtudes», para que cada

---

[29] Ver BARBOSA, José, *ob. cit.*, p. 323.
[30] *Ivi*.
[31] Ver COSTA, M. Gonçalves da, *ob. cit.*, p. 18.

um deles, pela parte que lhe tocasse, lhe dessem conta dos desordens e o informassem acerca dos candidados a ordens sacras, sobretudo no referente a bons costumes e pureza de sangue. Ordenou, num tempo que os processos se acumulavam em todos os tribunais pelos motivos mais fúteis, que cessassem todas as demandas da mitra e que se procurasse resolvê-las através de composições amigáveis, mesmo no caso de estar em causa a jurisdição eclesiástica que ele era obrigado a defender[32].

Ao elaborar o plano da primeira visita geral à diocese, solecitou quatro missionários do Varatojo para irem adiante a preparar o povo, enviaram-lhe apenas dois frades, mas pôde auxiliar-se do seu confessor, P. José de Caldas, do oratório de Viseu. Principiou a missão pela cidade, não menos carecida que a provincia de reforma e dela resultarão efeitos admiráveis: a maioria reconheceu os próprios erros, os que «perseverão nas culpas, experimentavão o rigor da sua severidade, lhes applicava o remedio ou da dissimulação, ou de lhes não fallar.»[33]

Assim o obeservou com um convento de religiosas da sua obediência, distante escassas léguas da cidade de Lamego, das quais sabia, que se descuidavam da observância das suas lei, usando trajos e costumes impróprios do seu estado, chegando estas a não acatarem avisos de anteriores prelados. O prelado, confiando na «medicina do tempo», esperou o momento justo para exercer a sua influência positiva.

Quando, em nome de D. Pedro II foi a Penamacor, para apadrinhar um filho do visconde de Barbacena, ao tempo Governador das Armas naquela província, não só não quis falar com as religiosas, propositadamente não pernoitou na vila, sede do convento. As religiosas sentiram vivamente a atidude do Prelado e «reformaraõ tudo o que era contra os estylo da Religaõ», e quando este retornou a Lamego foi visitá-las para lhes manifestar o seu regozijo por as ver regressar aos bons costumes, permanecendo essa noite na vila, onde foi recebido com um *Te Deum* e

[32] Ver COSTA, M. Gonçalves da, *ob. cit.*, p. 19, dá como exemplo o que sucedeu com a igreja de Anreade.
[33]Ver BARBOSA, José, *ob. cit.*, p. 324.

grandes festas populares. Afirmava-se que, daí por diante, as religiosas tiveram procedimento de tal modo exemplar, que, quando D. António estava para se ausentar para Coimbra, lhes concedeu avultada esmola que lhes permitiu fazer obras de um certo valor na igreja[34].

Grande atenção deu o prelado as visitas pastorais, que ele pessoalmente começou pela Serra, em que gastou três meses, «não reparando nos incommodos da sua pessoa, nem na grande despenza,»[35] não omitindo uma única igreja dos quatros distritos em que dividiu o bispado: Douro, Serra, Entre Côa, Távora e Riba Côa. Inviou visitadores a todas a freguesias, designando para isso eclesiásticos competentes aos quais

> «Deu pessoalmente o juramento com a instrucção, de que cuidassem com vigilancia na refórma dos costumes, que vissem com attenção a fabrica, e o estado da igreja, (..) que não vexassem os pobres, absolvendo os ricos, e poderosos.» [36]

Abria as visitas crismando os fiéis, ouvindo as partes dos que tinham razão de queixa, pessoalmente examinava as devassas para expedir as ordens necessárias, e recolhia a cavalo à aposentadoria e aí dispunha o que se havia de fazer no dia seguinte. Neste, dava audiência geral, reprendendo severamente os reos, procedendo a prisão, e outras penas, e dando dinheiro aos pobres, para que procurassem as dispensas, que lhes eram precisas. Muito esmoler deixava aos párocos para distribuírem pelos mais necessitados.

Muito atenção dava ao estado em que incontrava as igrejas, louvando o ornato, com que se conservavam as imagens milagrosas, outras as mandava fechar, porque não servissem de ministerios indecentes, e às vezes fazia enterrar algumas que a

[34] Ver CRUZ, Lígia *ob. cit*., p. 14.
[35] Ver BARBOSA, José, *ob. cit.*, p. 326.
[36] *Ibidem*, p. 325.

seu juicio podiam dar motivo a qualquer falta de respeito da população, talvez descuidando do simples valor artistico das peças escondidas o enterradas.

Em nenhuma visita despendeu meno de 3 mil cruzados em benefício dos pobres, e durante o seu episcopado percorreu três vezes o distrito de Riba-Côa, duas o de Entre Côa e Távora, três o de Cima-Douro, dois o da Serra e três a cidade, respondendo, aos que lhe aconselhavam moderação, constituir essa uma das principais obrigações do seu ministério, e que «se houvesse de mandar ministro, não era necessario, que sahisse de sua casa, e que não tinha impedimento algum nem fisico, nem moral, para deixar de fazer a sua obrigação»[37].

Durante o seu governo na diocese de Lamego, se encontraram vagos vários bispados, ou pelo falecimento, como por exemplo dos bispo de Braga, Guarda, Viseu, Miranda e do cardeal Lencastre, e tendo em conta a avançada idade de D. João de Melo e a ausência em Lisboa do bispo do Porto, D. João de Sousa, a sede lamencense via-se solecitada de todos os lados por clérigos que pretendiam receber ordens sacras. Portanto recaiu quase exclusivamente em D. António a concessão em Lamego de ordenações sacerdotais a naturais daquelas dioceses[38].

O prelado, que se distingui pelo zelo no exercício da sua missão episcopal, pela caridade e piedade, caraterísticas que permite inclui-lo no modelo de bispo «bom pastor», não desprezava rodear de pomba todas as cerimónias litúrgicas, até o ponto de mandar vir de Coimbra, Porto e da Capela, músicos e pregadores, sobretudo pelas solenidades da Semana Santa, mas também nestas ocasões demonstrava a sua grande caridade, chegava a oferecer vestuário a duzentas pessoas, mandava o jantar ao presos leigos da cadeia e aos esclesiástico do aljube.

Uma vez até proibiu aos franciscanos de recolherem ofertas pelo bispado, a fim de evitar que tirassem dinheiro aos trabalhadores[39], preferindo pagar os gastos do seu bolso, coisa que lhe era facilitada pela sua fortuna particular.

---

[37] *Ibidem*, p. 326 e segs.
[38] Ver CRUZ, Lígia, *ob. cit.*, p. 15.
[39] Ver COSTA, M. Gonçalves da, *ob. cit.*, p. 22.

Em 3 de Junho de 1696 acabou a edificação do novo convento de Santa Clara em Coimbra, e por ordem de D. Pedro II se procedeu à terceira e última trasladação do corpo de D. Isabel de Aragão, padroeira da cidade, o caixão foi trasportado aos ombros de seis bispos, D. António foi um deles, e teve como companheiros o bispo de Gurda, o de Leiria, o de Miranda do Douro, o de Portalegre e o de Viseu[40].

Segundo como refere José Barbosa, na obra já citada, e principal fonte de informação para a vida do prelado da diocese de Lamego, e como também refere M. Gonçalves da Costa, «gastou três meses em Arouca no exame das virtudes e dos prodígios atribuídos a Santa Mafalda», filha de D. Sancho I. Outro tanto fez quando se deslocou em 2 de Janeiro de 1694 ao Convento das religiosas franciscanas de Barrô, quando falecera a sua fundadora, Soror Mariana da Madre de Deus.

Como Provedor da Misericórdia, cargo que ocupou duas vezes, dotou o Hospital, as suas despesas, de cincoenta camas mais. Muitas igrejas puderam agradecer a sua generosidade, mas sobretudo beneficiou desta atidude do prelado a Sé[41], onde mandou erigir um sepulcro fixo destinado à cerimónia do Enterro do Senhor na Sexta-feira Santa[42]. Deu um valoros auxílio pela costrução da igreja do Convento de S. Francisco dos Capuchos, sempre em Lamego, e enriqueceu com valiosos donativos o altar da gruta da Senhora da Lapa onde peregrinava todos os anos, para tomar parte à novena; autorizou a fundação da capela da Senhora da Piedade, em Lalim, e em 1703, por motivo da guerra com Castela, mandou inventariar e depositar em lugar seguro os objectos das igrejas do distrito de Castelo Rodrigo[43].

Em 1704, acompanhou D. Pedro II na Campanha da Beira, e os fiéis da diocese, sabendo que marchava para Almeida, vieram ofrecer-lhe dinheiro, o que o bispo

[40]. Ver CRUZ, Lígia, *ob. cit*., p. 15.
[41] Ver FONSECA, João Mendes da, *Memória chronologica dos exellentissimos prelados que tem existido na Cathedral desta cidade de Lamego*, Lisboa, 1789, pp. 116-117.
[42] Ver CRUZ, Lígia, *ob. cit*., p. 16.
[43] Ver COSTA, M. Gonçalves da, *ob. cit.*, p. 23.

recusou, ofrecendo ele 60 mil alqueires ao Monarca para o exército, e que este agradeceu, mas declarando que os «assentistas» estavão obrigado a ajudar. Nessa viagem o prelado arresgou a vida, quando o seu cavalo deu um passo falso na ponte levadiça de Almeida, e por pouco não o atirou ao fosso, este episódio na biografia do coevo José Barbosa, assume *nuances* dum milagre.

Recebeu a notícia de ter sido promovido a bispo de Coimbra por aviso da secretaria do Estado em 4 de Agosto de 1705[44]. E logo, como prelado da diocese, dirigiu-se a Braga com o fim de se despedir do Arcebispo da Primaz, e no regresso a Lamego rezou missa na Igreja da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães, onde lhe foram mostradas pelo presidente três lâmpadas, uma das quais não correspondia na grandeza com as outras, e que tinha sido oferecida por seu pai com renda perpétua, como gratidão pela vitória que alcançara na Galizia, na Vila de Salvaterra, quando exercia o cargo de Governador das Armas de Entre Douro e Minho. D. António mandou que logo se fizesse outra de grandeza semelhante as duas, e que nela se puzessem as armas do seu pai, no que gastou seiscentos mil reis[45].

Com o seu antigo colégio aonde «tiveraõ principio as nossas felicidades», em Coimbra, sempre manteve estreitas relações, e como era de esperar não se esqueceu de partecipá-lo da sua vinda para Bispo de Coimbra, e, acentuou por carta de 26 de Agosto de 1705[46] a sua gratidão «pela educassão, que nelle grangeamoz hoje», e na qual manifestou a sua alegria por estar de novo a «assistir a Vm^{ces}».

Antes de passar de Lamego para Coimbra, deteve-se algum tempo na capital a fim de assistir à aclamação de D. João V e foi nomeado para o Juramento Real, como bispo mais antigo do reino, por se achar impedido o Arcebispo de Lisboa D. João de Sousa.

---

[44] *Ibidem*.
[45] Ver BARBOSA, José, *ob. cit.*, p. 347.
[46] AUC – Colégio de S. Paulo. Correspondência. *Carta do Bispo de Lamego D. António de Vasconcelos e Sousa*.

3 – Diocese de Coimbra

Em 15 de Setembro de 1705[47] fez, em Lamego, D. António o juramento e a profissão de fé para Coimbra, nas mãos de Frei Geraldo de Távora, abade de São João de Toroca, e teve como testemunha Manuel Mreira Rebelo. Foi preconizado bispo da nova diocese em 14 de Dizembro desse mesmo ano[48], com reserva de 8 mil cruzados a favor do infante D. António, por graça especial da Santa Sé[49], absolto do vinculo anterior por Clemente XI em 14 de Janerio de 1706, tomou posse a 6 de Abril, pelo seu procurador e primo D. José de Almada, Sumilher de Cortina de D. João V, arcipreste da Sé de Lisboa[50], jurando os estatutos perante o Deão Luís Pereira de Melo, a que se seguiu, como era costume, o cerimonial da posse.

Em 10 de Março de 1707, prima quinta-feira da Quaresma, as duas horas da tarde, D. António, novo Bispo Conde[51] de Coimbra, entrou na cidade. A festa religiosa foi acompanhada de três noites de luminárias na Sé e fogo que se lançou do coruchéu, e houve charamelas e repiques[52].

Continuo na sua nova diocese as obras piedosas a que sempre se dedicou, desde os missionários do Varatojo a quem muitas ofertas de vestuário e dinheiro fez, até aos párocos a quem dava esmolas para distribuirem pelos fiéis, a todos socorreu, por exemplo as estudantes, e quando um criado lhe disse que «reparasse Sua Illustrissima, que já não havia dinheiro, nem vestidos, e que era preciso attender ao governo da casa, e família» o bispo respondeu que

---

[47] ASV - Processus Concistoriales, vol. 98, fl. 269.
[48] ASV - Acta Camerarii, vol. 25, fl. 148-148v.
[49] ASV - Acta Camerarii vol. 25, fl 148, a partir de COSTA, M. Gonçalves da, *ob. cit.*,p. 24.
[50] Ver BARBOSA, José, *ob. cit.*, p. 332.
[51] O bispo de Coimbra acumulava também o título de Conde de Arganil, atribuído a partir do reinado de D. Afonso V a D. João Galvão, como reconhecimento da partecipação do bispo nas campanhas do Norte de África, a aos seus sucessores, com o título de alcaide-mor de Avô, e ainda senhor de Coja, uma vez que os bispos de Coimbra eram donatários desta última localidade. Ver BANDEIRA, A. M. Leitão, SILVA, A. M. Dias da, e MENDES, M. L. Gama, *Mitra Episcopal de Coimbra: descrição arquivística e inventário do fundo documental*, Coimbra, 2007.
[52] Ver CRUZ, Lígia, *ob. cit.*, p. 23.

> «na falta de dinheiro tinha prata na sua Copa, e que em quanto a houvesse, era bispo rico para dar esmolas, e que se vendesse para remedio dos pobres, de quem era tudo o que tinha hum bispo.»[53]

Muito generoso com todos e indistintamente, foi sempre o prelado, mas nunca descuido dos bens que possuia, e foi esse o motivo que o levou a distinguir aqueles que trouxera para a diocese conimbricense dos que pertenciam à Mitra. O inventário datado de 1708 foi elaborado na presença do corregedor de Coimbra Dr. Domingos Marques Cardoso, pelo escrivão da correição Manuel da Costa Monteiro, na sequência da provisão régia de D. João V enviada ao corregedor da comarca de Coimbra em 20 de Julho de 1707[54].

Nele figuram objectos pessoais, sumptuosos e de elevado valor, testemunhos da riqueza da casa dum bispo da época do «Magnânimo», (jóias, mobiliário, tapeçarias, prata, louças, a biblioteca particular e objectos de uso pessoal, desde botões de punho, a anéis e caixa de rapé) e procederam ao inventário e a sua avaliação louvados nomeados para o efeito: Manuel João de Sá, ouvires, Damião da Costa Figueiredo, "escultor de obra de talha", Sebastião Rodrigues e Bento Seco, livreiros, entre outros que avaliaram, por exemplo, os veículos, os cavalos, as mulas e outros objectos. O inventário foi elaborado no Paço Episcopal, tendo sido nomeados os bens pelo próprio bispo D. António. Atestaram que estes bens eram particulares e pessoais do prelado o deão Luís Pereira de Melo e um cónego da Sé, em 13 de Fevereiro de 1708[55].

Como já fizera em Lamego, o antístite, também em Coimbra, cuidou de cumprir o seu dever episcopal, acompanhado sempre pelo seu fiél vigário-geral Manuel Moreira Rebelo[56], que tinha exercido o mesmo cargo na diocese de Lamego, e era

---

[53] Ver BARBOSA, José, *ob. cit.*, p. 332.
[54] Ver BANDEIRA, A. M. Leitão, SILVA, A. M. Dias da, e MENDES, M. L. Gama, *ob.cit.*, Coimbra, 2007, p. 43.
[55] Ver CRUZ, Lígia, *ob. cit*., p. 27.
[56] Ver PAIVA, Pedro José, *A administração diocesana e a presença da Igreja. O caso da diocese de Coimbra nos séculos XVII e XVIII*, Lusitania Sacra, 2.ª série, 3 (1991), pp. 71-110.

já provisor da diocese conimbricense em 6 de Novembro de 1706 e nesse cargo se manteve pelo menos até 20 de Abril de 1716, foi ainda visitador em Coimbra, do arcediagado de Seia, nos anos de 1708, 1712 e 1713, função que havia desempenhado igualmente em Lamego.

D. António dedicou à sua missão episcopal muito tempo e recursos, e tal como já tinha sido em Lamego, assim foi para a Diocese de Coimbra. Visitou as igrejas e colegiadas da cidade oito vezes e empreendeu Visitações aos Arcediagados do Vouga, Seia e Penela, cada uma, uma vez, só porque já os anos não lho permetiam fazer pessolmente, e por isso, também não pode visitar todas as igrejas.

O prelado procurou sempre averiguar a verdade e aplicar com justiça os castigos, sem fazer discriminação entre sacerdotes, frades e leigos. E, a partir da altura em que ele assumeu o cargo, os números de casos denunciados, durante as visitas pastorais, por paróquia passou de 1,1 para 4.9, um aumento de cerca 500%[57] (facto que podemos atribuir, quase sem dúvida ao zelo, rigor e vigor que o bispo procurou dar ao processo visitacional), a pronúncia dos culpados deixaram de ser feita na Mesa Episcopal, no final da efectivação de um circuito de visita, e passou a ser executada pelo próprio visitador durante a visitação, à excepção de alguns caos considerados graves que tinham sempre que esperar por uma decisão da Mesa[58], e, também alterou a organização dos livros de devassa e de termo, que desde 1707 surgem em livros separados[59].

Sendo bispo de Coimbra, foi ao Convento do Louriçal examinar a clausura, por ordem do rei D. João V, e a dar posse às fundadoras, entra as quais nomeou Abadessa Soror Arcângela dos Serafins Evangelista. Também, coube a D. António a missão do lançamento da primeira pedra da Igreja de Santa Justa de Coimbra, em

[57] Ver PAIVA, Pedro José e CARVALHO, Joaquim Ramos de, *A evolução das visitas pastorais da diocese de Coimbra nos séculos XVII e XVIII*, Ler História, n. 15, 1989, pp. 29-41.
[58] Ver PAIVA, Pedro José, *A administração diocesana e a presença da Igreja. O caso da diocese de Coimbra nos séculos XVII e XVIII*, Lusitania Sacra, 2.ª série, 3 (1991), p. 91.
[59] Ver PAIVA, Pedro José e CARVALHO, Joaquim Ramos de, *Repertório das visitas pastorais da diocese de Coimbra séculos XVII, XVIIIe XIX*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1985, p. 117.

24 de Agosto de 1710, e fez o mesmo em 21 de Setembro de 1712[60] na igreja nova dos religiosos capuchos em Vila Cova de Subavô.

Quando em 1711 se deram por terminadas as obras do túmulo de mármore, que se destinava a guarda das relíquias da Princesa Santa Joana, foi o prelado conimbricense, por ordem régia de 28 de Agosto de 1711, encarregado da missão, que bem lhe cabia, como sétimo neto de D. Afonso V e sexto sobrinho da virtuosa Princesa. Para a falta de bispo em algumas dioceses, foram convocados os abades do Colégio de S. Bernardo de Coimbra, de Seiça, do Colégio de S. Bento da Universidade e o abade de S. Tirso. O 20 de Outubro chegou D. António a Aveiro, acompanhado pelo cónego Miguel de Souto Maior. E, segundo como refere o biografo coevo, D. José Barbosa,

> «como tinha o sangue de seu sobrinho, [...] em todos os annos, em que viveo, lhe fazia hum triduo com assistencia Capitular, e concedeo aos Conegos doze dias, para os que quizessem visitar a Santa, e fazerlhe alguma novena».

Com a mesma dedição e magnificência, o Bispo-Conde, partecipou à trasladação de Santas da Casa Real, as Santas de Lorvão, as Infantas D. Teresa e D. Sancha, para as quais tinha particular devoção o prelado, dado que no inventário dos seus bens móveis[61], figura uma lâmina de cobre representando as Santas.

Além das grandes cerimónias a que D. António presidiu como antístite, é importante recordar as inúmeras obras de beneficência a que a sua bondade e magnanimidade deram vida. Tal como em Lamego, onde fora Provesor da Misericórdia local, também em Coimbra exerceu o mesmo cargo, com a idêntica caridade e generosidade.

Se deve a ele a construção do zimbório da Sé Velha de Coimbra «à sua custa», que ainda hoje perdura, e que substituiu a lanterna-coruchéu do séc. XIII, e além

[60] Ver BARBOSA, José, *ob. cit.*, p. 335 e segs.
[61] Ver CRUZ, Lígia, *ob. cit.*, p. 39.

dessa obra, dotou-a de «humas ambulas de prata, [...] huma excelente Cruz de prata, que hoje se vê no Alatar môr, e outras ricas peças de ornamentos», e também reformou os mantos da Quaresma, pondo-lhes travessas roxas, como refere José Barbosa.

Fez grandes esmolas à igreja de S. João de Almedina, de cuja Irmandade do Senhor foi juiz perpetuo, aos Convento de Santa Ana e de Semide, e também as religiosas do Convento de Celas lhe ficaram a dever a resolução dum grande conflito, e foi este episódio escandaloso que levou o Bispo-Conde a tomar as religiosas sob a sua proteção.

D. António, ainda, reformou a Irmandade das Almas de Coimbra, cujas vestes eram branca, trasformando-a na Irmandade do Senhor dos Passos, e cujos irmãos passaram a usar vestes roxas, e deleo prelado, foi Provedor até os último dias da sua vida; em Aveiro passou três meses para «examinar, e authenticar as maravilhas de S. João da Cruz»[62], por ordem de Clemente XI, em Setembro de 1714.

Em 29 de Março de 1715 lançou a primeira pedra do Colégio de Santo António da Estrela, e na qual não consegui lá ir a cantar a missa como tinha promesso, dando essa missão ao Cónego Miguel de Souto Maior.

O prelado conimbricense sempre foi rigoroso e teve particular antipatia a «demandas», como se viu na sua entrada no bispado de Lamego, e para quem esteja interessado nas questões que o bispo tuve que resolver, como por exemplo sobre a provisão da igreja de Anreade em Cima do Douro, quando antístite de Lamego, ou o caso de Coimbra quando vagou o arcediagado de Penela, remetemos às *Memória do Real Colégio de S. Paulo* de José Barbosa, que nos guiou neste trabalho.

D. António de Vasconcelos e Sousa, teve na sua missão episcopal sempre muito cuidado em ouvir as partes, a toda a hora, e a qualquer pessoa, ouvia com a mesma atenção, e a sua preocupação foi tanta que até quando estuve quatro meses

[62] Ver BARBOSA, José, *ob. cit.*, p. 342.

recolhido em Bussaco, para não dar «detrimento às partes, tinha sempre criados na estrada, que lhe levavaõ os papeis, que necessitavaõ do seu despacho.»[63]

Um dos últimos actos como Prelado foi escrever carta ao seu Cabido em 25 de Novembro de 1717[64], sobre as celebrações de Nossa Senhora da Conceição, designada por D. João IV como Padroeira do Reino.

Até ao fim da vida manteve, o bispo, aquela firmeza de carácter bem pessoal, que tanto se resolvia em benevolência para com os humildes e necessitados, como se traduzia em rigor para com os renitentes. De facto, depois de adoecer, e pressentindo que a morte se aproximava, mandou chamar o seu cabido, a quem deu instruções práticas e exortou à união, e pedindo-lhe perdão por alguma falta, e por «não ter inteiramente satisfeito à obrigação pezadissima de Prelado.»[65]

A doença era mortal, e chegando a notícia aos ouvidos de certas freiras, dando-o por ababado, apressaram-se a mandar alargar as janelas do dormitório, mas enganaram-se, e o bispo mandou logo a examinar o caso pelo seu Provisor e Vigário-geral, e ordenou com graves penas, que se restituissem ao seu estado antigo, e censurando a Superiora do convento pela ousadia, acrescentou que ainda estava vivo, «para não consentir huma tão grande inobservancia».

A causa do achaques e da doença que o enfermaram-no não podia sair das antecamaras, e só quis a presença das pessoas de maior confiança, como o seu confessor, que era um religioso da Companhia de Jesus. Da câmara de enfermo continuo a socorrer os necessitados e desprotegido, até mandou aviso a um sentenciado, para que se retirasse e evitar de ser preso, não o conseguiu, e não o podendo livrar, sustentou-o enquanto durou a prisão[66].

Entretanto, chegou a morte, precisamente a 23 de Dezembro de 1717, aos 72 anos, e o corpo foi enterrado na capela-mor «como elle o havia disposto em seu testamento», na mesma sepultura do seu antecessor.

---

[63] Ver BARBOSA, José, *ob. cit.*, p. 352.
[64] Citado a partir de CRUZ, Lígia, *ob. cit.*, p. 51.
[65] Ver BARBOSA, José, *ob. cit.*, p. 354.
[66] Ver COSTA, M. Gonçalves da, *ob. cit.*, p. 25.

Conclusões

D. António de Vasconcelos e Sousa foi um bispo que tinha grande amor pelas «suas ovelhas», e cujo impenho pessoal no administração das dioceses foi exemplar. Nos vinte anos em que presidiou os bispados de Lamego e Coimbra, só se afastou deles duas vezes, uma vez para as Cortes que fez o rei D. Pedro II, e outra foi quando passou de Lamego para Coimbra, e fue nomeado pelo Juramento Real, como bispo mais antigo do reino.

Entre ambas as dioceses crismou 83.864 pessoas, ordenou 9.066 clérigos, e mandou visita *ad limina* três vezes em Lamego, e duas em Coimbra.

O prelado, embora ignorasse o peso da sua occupação quando aceitou o cargo, soube exercê-lo excelentemente, misturando as características pós-tridentina de bispo «bom pastor e pai», cuidando da formação e comportamento do clero, difundido a mensagem cristã com pregações e pastoral, residindo nas dioceses, vigilando e emandando os parócos e fiéis, e distinguindo-se pelo zelo que pôs nas visitas pastorais, que enquanto pude realizou pessoalmente; as quais juntou os traços do «bispo Santo»: generoso, honesto, humilde, piedoso e até misericordioso.

Distinguiu-se pela conducta irreprensível, a que associou a prudência, o taticismo, a diplomacia, e o equilíbrio que fizeram dele um vigoroso e fervoroso governador dos bispados.

Um exemplo, que faz referência aos últimos dias da vida, talvez, resuma o carácter do porcionista, que indirectamente e conforme as episódio escolhidos na tratação da sua vida, quisemos sublinhar:

> «Neste tempo he que declarou, que em quanto fora Bispo, nunca tivera segunda tenção, e que toda a censura, que puzera, sempre havia sido sem animo de que ligasse, pelo grande amor, que tinha às suas ovelhas; e daqui nascia, que alguns subditos, e familiares, que lhe saraõ

ingratos, mostrava mais affabilidade, honrando-o, e favorecendo-o com Beneficios, e merces.»[67]

Isto não quer dizer que favoreceu os seus familiares, como prova outro exemplos que omitimos no pequeno trabalho que fizemos acerca da sua vida, e que o biografo coevo narra em pormenores nas páginas da sua obra *Memórias do Colégio de S. Paulo*, e talvez aqui caiba referê-lo. Falamos dum familiar do antístite que deixou uma igreja para melhorar a sua situação, e embora fosse «criado do Bispo» não obtuve a distinção, e muitos julgaram esta acção demadiadamente rigorosa. Com esse exemplo queremos salientar a atitude moral e rigorosa com que enfrentava a vida e a sua missão D. António de Vasconcelos e Sousa.

Esperamos, portanto, que a figura deste antístite ganhe na história da igreja de Portugalo o lugar que, julgamos, lhe pertenece por direito.

[67] Ver BARBOSA, José, *ob. cit.*, p. 355.

Fontes Manuscritas

Archivo segreto Vaticano

- Archivio Concistoriale, Acta Camerarii, vol. 24, 25.
- Archivio Concistoriale, Processus Concistoriales, vol. 90, 98, vol. 126
- Archivio della Nunziatura in Lisbona: vol. 10, 56.

Arquivio da Universidade de Coimbra

- Actos e graus: vol. 40, IV/D, 1, 1, 40.
- Capelas do Colégio de S. Paulo: vol. 3, IV/1ªE, 7, 1,3.
- Colégio de S. Paulo. Correspondência. *Carta do Bispo de Lamego D. António de Vasconcelos e Sousa*. IV/1ªE, 7,1,16.
- Livro VII das Provisões da Universidade, IV/1ªD, 3, 2, 29.

Fontes Impressas

BARBOSA, José, Memorias do Collegio Real de S. Paulo da Universidade de Coimbra e dos seus collegiaes e porcionistas in *Colleçam dos documentos, estatutos e memorias da Academia Real da História Portugueza*. Lisboa, Pascoal da Sylva, 1727.

FONSECA, João Mendes da, *Memoria chronologica dos excellentissimos prelados que tem existido na Cathedral desta cidade de Lamego*, Lisboa, 1789

Bibliografia

ALMEIDA, Fortunato de - *História da igreja em Portugal*. Barcelos: Livraria Civilização Editora, 1968 (1ª edição entre 1910-1928) 4 vol.

AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.) - *História religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

_________, *Dicionário de História religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

BANDEIRA, A. M. Leitão, SILVA, A. M. Dias da, e MENDES, M. L. Gama - *Mitra Episcopal de Coimbra: descrição arquivística e inventário do fundo documental*, Coimbra, 2007.

COSTA, M. Gonçalves da - *História do bispado e da cidade de Lamego*. Lamego: Oficinas gráficas de Barbosa e Xavier Lda., 1977-1992.

CRUZ, Lígia - *O bispo-conde D. António de Vasconcelos e Sousa e o inventário dos seus bens móveis,* Separata do *Arquivo Coimbrão,* vol. XXVII, Coimbra, 1979

MACHADO, Diogo Barbosa – *Bilblioteca Lusitana*. Coimbra: Atlantida Editora, 1965-1967. (a edição original data de 1741-1759). Vol. 4.

PAIVA, José Pedro - "A Igreja e o poder" in AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.) - História Religiosa de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. II, p. 135-185.

______ - *A administração diocesana e a presença da Igreja. O caso da diocese de Coimbra nos séculos XVII e XVIII*, Lusitania Sacra, 2.ª série, 3 (1991), p. 71- 110

______ - "El Estado en la Iglesia y la Iglesia en el Estado. Contaminaciones, dependencias y disidencia entre la monarquia y la Iglesia del Reino de Portugal (1495-1640)", Manuscrits. Revista de História Moderna (Barcelona), 25 (2007), p. 45-57, nova versão, actualizada e ligeiramente aumentada em, "O Estado na Igreja e a Igreja no Estado. Contaminações, dependências e dissidência entre o Estado e a Igreja em Portugal (1495-1640)", Revista Portuguesa de História, XL (2008/2009), de facto publicado em 2010, p. 383-397.

______ - *Inquicição e Visitas Pastorais dois mecanismos complementares de controle social?,* Separata da Revista de História das Ideias, vol.11. Faculdade de Letras de Coimbra, 1989, pp. 85- 102

______ - *Os bispos de Portugal e do Império 1495- 1777*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

PAIVA, José Pedro, e CARVALHO, Joaquim Ramos de - *A diocese de Coimbra no século XVIII : população, oragos, padroados e títulos dos párocos*. Coimbra Rev. de Hist. das Ideias, 1989.

________ - “Uma instrução aos visitadores do bispado de Coimbra (século XVII?) e os textos regulamentadores das visitas pastorais em Portugal”,em Rituais e Cerimónias, Revista de História das ideias, vol. 15, 1993, pp. 637-661.

________ - *A evolução das visitas pastorais da diocese de Coimbra nos séculos XVII e XVIII*, Ler História, n. 15, 1989, pp. 29-41.

________ - *Repertório das visitas pastorais da diocese de Coimbra séculos XVII, XVIIIe XIX*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1985.

RAMOS, Rui (coord.), MONTEIRO, Nuno Gonçalo,e SOUSA, Bernardo Vasconcelos – *História de Portugal*, Expresso, A esfera dos Livros, 2009, vol. 4,5.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *História de Portugal*. [s. l.]: Editorial Verbo. (____)

SOUSA, António Caetano - *História Genealógica da Casa Real Portugusa.* Coimbra: Atlântica Livraria Editora, Lda., 1948.